



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM

PL-137/2018

**REUNIÃO: Plenária Ordinária n.º 512ª**

**DECISÃO: PL-137/2018**

**INTERESSADO: FRANCISCO ORNEBIO DE SOUZA CASTRO**

**PROTOCOLO: 2555254/2016**

**EMENTA: Recurso Administrativo. Decisão da C.E.E.E.S.T. que indeferiu o pleito do requerente. Fato novo apresentado. Decisão da Especializada que se mantém.**

### DECISÃO

O **Plenário do CREA-AM**, reunido em sua Sessão Ordinária de nº 512ª, realizada em 21/6/2018, em Manaus/AM, após apreciação e discussão do **Processo de Assuntos Gerais nº 2555254/2016**, tendo como interessado **FRANCISCO ORNEBIO DE SOUZA CASTRO**, que trata de Recurso contra a decisão nº 579/17, de 21 de dezembro de 2017 da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho – C.E.E.E.S.T. O requerente inconformado com a decisão unânime da referida Câmara, interpôs recurso ao Plenário. Considerando que a descrição detalhada dos fatos contidos no processo caracterizam descumprimento da legislação vigente, precisamente o exposto no art. 25 da Resolução nº 218/73 do Confea e no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 5.194/66; considerando que o interessado é registrado com o Título de Engenheiro Eletricista com as atribuições dos artigos 8º e 9º da Resolução 218/73; porém, tendo sido efetivamente diplomado em ENGENHARIA ELÉTRICA – ELETRÔNICA, para tanto, cabendo-lhe as atribuições restritas ao art. 9º; considerando que a análise que resultou na Decisão nº 579/2017 exarada pela C.E.E.E.S.T do CREA-AM deu-se com base na proposta nº 0242014 – C.E.E.E.S.T, apresentada na Reunião Extraordinária da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Elétrica, a qual definiu parâmetros para análise curricular de egressos de cursos de engenharia elétrica circunscritos à modalidade eletricista com a proposta citada acima, ficaram definidos os parâmetros para a concessão das atribuições dos artigos 8º e 9º, por constituírem requisitos essenciais, como disciplinas específicas e de CARÁTER FORMATIVO, que caracterizam e diferenciam as duas modalidades, senão vejamos: **Para obtenção do Art. 8º** - Materiais, máquinas e Equipamentos Elétricos – 60 horas; Instalações Prediais e Industriais e Eficiência Energética – 90 horas; Sistema de Potência, Geração, Transmissão e Distribuição – 120 horas; Automação – 30 horas; Metodologia Científica e Seminários – 60 horas (30 + 30 horas) conteúdo para curso de pós-graduação (exclusivamente). **Para obtenção do Art. 9º** - Materiais e Equipamentos Elétricos e Eletrônicos – 30 horas; Sistemas e Equipamentos de Telecomunicações – 60 horas; Eletrônica Analógica e Digital e de Potência – 180 horas; Automação – 30 horas; Metodologia Científica e Seminários – 60 horas (30 + 30 horas) – conteúdo para curso de Pós-Graduação (exclusivamente); considerando assim, que não consta no currículo do interessado disciplinas com CONTEÚDOS SOBRE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; SISTEMA DE POTÊNCIA I e II; GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA I, II e III e PROTEÇÃO DE SISTEMA DE POTÊNCIA, que caracterizam a MODALIDADE ELETROTÉCNICA; considerando que as habilitações profissionais são conferidas pelo currículo escolar, sendo necessária sua análise quanto aos conteúdos das





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM

PL-137/2018

disciplinas e respectivas cargas horárias objetivando verificar para o presente caso, a concessão do desempenho das atividades descritas no Art. 1º da Resolução nº 218, de 1973, do Confea, aplicadas às competências do Engenheiro Eletricista – Eletrônica, constantes no art. 8º da mesma Resolução; considerando que, de tal análise, verificou-se a ausência nos Históricos Escolares (ENGENHARIA ELÉTRICA – ELETRÔNICA) do interessado, conhecimentos essenciais ou suficientes para a concessão das atribuições previstas no Art. 8º da Resolução nº 218/73, uma vez que não constam, por exemplo, disciplinas correspondentes à TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; SISTEMA DE POTÊNCIA I e II; GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA I, II e III e PROTEÇÃO DE SISTEMA DE POTÊNCIA, que caracterizam a MODALIDADE ELETROTÉCNICA. Ademais a Resolução 1073 do Confea define a possibilidade da extensão de atribuições por meio da conclusão de disciplinas isoladas, ou seja, vislumbra essa possibilidade (art. 7º) por intermédio da suplementação curricular (definição constante do inciso XI do art. 2º). Entretanto, é importante ressaltar que a conclusão de disciplinas isoladas possibilita, porém não vincula à concessão de atribuições profissionais, uma vez que será a Câmara Especializada da atribuição requerida quem avalia se o conteúdo cursado é suficiente ou não. Assim, de modo a atender às exigências quanto ao CONTEÚDO FORMATIVO anteriormente exposto, o profissional ingressou em CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU ofertado pela UNIP, como forma de sanar essa problemática e não causar prejuízo aos profissionais, mas conforme já orientado pelo Regional à mesma Instituição, e também, aos próprios profissionais, o cadastramento do CURSO É MODALIDADE ELETRÔNICA, regido pelo art. 9º da Resolução 218/73. Nesse sentido, a C.E.E.E.S.T RATIFICA o mesmo entendimento anterior, isto é, restando claro que o currículo escolar do profissional (mediante ambas as Graduações), não comprova a aquisição dos conhecimentos específicos referentes a ENGENHARIA ELÉTRICA – MODALIDADE ELETROTÉCNICA, necessários à concessão das atribuições requeridas (art. 8º da Resolução nº 218/73 do Confea), desta forma, não se incorporando ao direito do interessado tal pretensão. **DECIDIU**, por unanimidade de votos, e em harmonia com o voto do Conselheiro Relator JOSÉ AFONSO DA SILVA ARIAS, por acompanhar a Decisão da C.E.E.E.S.T, que decidiu por NEGAR PROVIMENTO ao pedido de Revisão de Atribuição ao requerente **FRANCISCO ORNEBIO DE SOUZA CASTRO**. É a Decisão. Presidiu a Sessão o Diretor Administrativo do Crea-AM, no exercício da Presidência, Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**. Votaram favoravelmente os Senhores Conselheiros Regionais: ALEXANDRE HENRIQUE FREITAS DE ARAÚJO, ANA LUIZA DA COSTA CUNHA, DANIEL PINTO BORGES, EIRIE GENTIL VINHOTE, EMMERSON BACURY LUCENA, FÁTIMA GEISA MENDES TEIXEIRA, HIGOR LEONARDO DE LIMA NERY, ISMAEL DA COSTA SILVA, JOSÉ AFONSO DA SILVA ARIAS, JOSÉ NILDO CAVALCANTI, KLEBER DOS SANTOS DINIZ, LUIZ CARLOS BARROS DE CARVALHO, MARIA DOS ANJOS F. PACHECO, MANUEL CÉSAR SANTOS FILHO, MARCOS ANTÔNIO MOTA DE VASCONCELOS e PEDRO CHAVES DA SILVA.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 22 de junho de 2018.

Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**  
Diretor Administrativo, no exercício da Presidência do **Crea-AM**